

Deputados deverão propor na revisão constitucional a extinção do Senado

As disputas entre as duas Casas que formam o Congresso Nacional têm acirrado a imaginação de alguns deputados, que já pensam em propor a extinção do Senado durante a revisão constitucional. É o caso do vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS). "Sou a favor de uma câmara só", disse ele. Durante sessão do Congresso, Adylson Motta ocupou a tribuna e cobrou do presidente Humberto Lucena respeito ao artigo 57 da Constituição, segundo o qual o Congresso é formado pela Câmara e pelo Senado reunidos. É que Lucena só aceitava que senadores compusessem a mesa diretora do Congresso, recusando-se a dar vagas para a Câmara.

Lucena respondeu a Adylson Motta com uma proposta: para acabar com as queixas, abriria duas vagas para a Câmara na mesa do Congresso. Adylson não aceitou. Segundo ele, a concessão de duas vagas era uma "piada". Lucena, então, aceitou negociar, dando à Câmara três vagas na mesa diretora do Congresso. Na confusão, os deputados vão alimentando suas idéias para a revisão constitucional. Prisco Vianna quer acabar com o direito de o Senado apresentar projetos de lei. "Deve ser apenas revisor". Segundo o deputado, o Senado hoje tem poderes em excesso.

O deputado Inocêncio Oliveira quer presidir a revisão constitucional. Mas o Senado recusa-se a dividir esta responsabilidade com a Câmara. O senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que a Constituição

é clara: caberá ao Senado a condução dos trabalhos. Ele afirmou que durante a votação da Emenda Constitucional nº 2, que antecipou o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, os deputados introduziram uma cláusula que dava um golpe no Senado e transferia à Câmara a direção dos trabalhos da revisão. Ele próprio advertiu aos deputados autores da proposta de que estavam cometendo uma ilegalidade. Estes recuaram e retiraram a emenda.

A ciúmeira entre Senado e Câmara atinge também os funcionários. O restaurante *self-service* da Câmara, que oferece refeições subsidiadas aos servidores, só aceita a entrada de trabalhadores do Senado caso estes paguem os preços cobrados de visitantes, sem qualquer desconto. Quando servidores da Câmara entraram em greve, há 20 dias, nenhum funcionário do Senado podia andar nas dependências da Casa presidida por Inocêncio Oliveira.

Naqueles dias, os servidores do Senado eram duplamente inimigos: por serem de outra Casa e por terem recebido aumento de 367% na sua gratificação por atividade legislativa, justamente o motivo da reivindicação que resultou na greve da Câmara. Para complicar, o Sindicato dos Servidores, que abriga funcionários das duas Casas, publicou a tabela de salários, mostrando que no Senado há trabalhadores que ganham até Cr\$ 11 milhões a mais que os da Câmara, mesmo estando nos mesmos cargos.

